



**FAES - FACULDADE ESPIRITO SANTO
CURSO PEDAGOGIA**

**LUCIANA DE OLIVEIRA DURVAL
PATRICIA PEREIRA DE CARVALHO**

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**EUNÁPOLIS - BA
2023**

Patrícia Pereira De Carvalho
Luciana de Oliveira Durval

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em PEDAGOGIA apresentado
à FAES – Faculdade Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção do grau de
XXXXX.

Orientador: Marcio Jean

EUNÁPOLIS - BA
2023

EPIÍGRAFE

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar.

(Libâneo)

LUCIANA DE OLIVEIRA DURVAL
PATRICIA PEREIRA DE CARVALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de XXXXX

.

Aprovado em _____ de 202X.

BANCA EXAMINADORA

PROF.
ORIENTADOR

PROF.
ORIENTADOR

PROF.
ORIENTADOR

AGRADECIMENTOS

LUCIANA DE OLIVEIRA DURVAL

Agradeço primeiramente a Deus, pois nada acontece sem sua permissão. Aos meus familiares, amigos e todos que sempre me apoiou nos momentos, mais difíceis. Meu obrigada, ao meu marido e filhos que sempre acreditaram que eu seria capaz dando-me força para continuar, obrigada!

PATRICIA PEREIRA DE CARVALHO

Quero agradecer ao Senhor em primeiro lugar, em especial a minha mãe por sempre me incentivar, meu Marido pelo apoio por sempre acreditar e confiar nos meus sonhos. Minha enorme gratidão ao Senhor por mais um sonho realizado uma vitória que pertence a todos que esteve ao meu lado. Eu só tenho gratidão!

RESUMO

O presente estudo tem como tema principal O papel do professor na educação inclusiva. Seguindo nessa direção buscou-se as contribuições de diversos autores que possibilitaram o ponto de partida e compreensão dos caminhos que deveria seguir para a realização da pesquisa. Também foi fundamental o apoio de documentos oficiais e materiais da área tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais; a Constituição Federal de 1988, onde foi possível levantar alguns dados relativos à educação especial e a inclusão. Tais leituras possibilitaram o entendimento de que o estudo sobre Inclusão é relevante na medida em

que reflete sobre a qualidade da educação que vem sendo oferecida aos estudantes com necessidades especiais no contexto escolar, visto que a escola se tornou um espaço de inserção e não de inclusão efetivamente.

Palavras-chaves: Educação inclusiva, Professor, Aluno.

ABSTRACT

The main theme of this study is the teacher's role in inclusive education. Following this direction, we sought the contributions of several authors who made possible the starting point and understanding of the paths that should be followed to carry out the research. The support of official documents and materials in the area was also fundamental, such as: the 1996 National Education Guidelines and Bases Law; the National Curriculum Parameters; the Federal Constitution of 1988, where it was possible to collect some data related to special education and inclusion. Such readings enabled the understanding that the study on Inclusion is relevant insofar as it reflects on the quality of education that has been offered to students with special needs in the school context, since the school has become a space of insertion and not of inclusion effectively.

Keywords: Inclusive education , Teacher , Student.

SUMÁRIO

1	8	
2	10	
3	11	
TEMA		11
4	36	
5	38	

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de ensino intitulado O papel do professor na educação inclusiva, contribui na sensibilização da comunidade escolar, enquanto espaço inclusivo, para reconhecer o direito do cidadão à diversidade e a igualdade de oportunidade para todos.

Através das leituras realizadas constata-se que o interesse específico pelo estudo da inclusão do deficiente não é tão frequente, de forma que a maior parte dos trabalhos se volta para: o processo de ensino-aprendizagem, as atitudes e percepções de familiares e profissionais sobre o indivíduo especial, a formação de recursos humanos, a identificação/ diagnóstico/ caracterização da pessoa especial, os processos de integração/inclusão, etc. Ou seja, é preciso considerar o estudante com necessidades especiais valorizando seus conhecimentos prévios, para que possam formar estruturas mentais por meio de mapas conceituais, os quais permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos para uma aprendizagem prazerosa, significativa e eficaz.

Diante disso, o professor deve ficar atento a que tipo de ensino está transmitindo ao seu aluno. Se o seu ensino transmite uma aprendizagem por descoberta (conteúdo não acabado, em construção) ou aprendizagem receptiva, conteúdo em sua forma formal, mecânica, pronta (Ausubel, 1982).

Neste sentido, segundo Denari (1996: p. 354), “o professor constitui um dos pilares fundamentais da Educação Especial devido às condições disponíveis para o seu exercício profissional”. Estando de acordo com tal premissa, buscou-se realizar um estudo que apresentasse pertinência para a área acadêmica, escolar e social, enfocando a importância da relação entre inclusão-escola-sociedade.

Tal relação é pertinente, pois com a proposta governamental de inclusão dos estudantes com necessidades especiais nas salas de aula do ensino regular, há a necessidade de entender se os professores estão preparados para esta nova demanda e se as duas funções principais da escola (aprendizagem e socialização) estão ocorrendo para estes estudantes.

O interesse pelo tema estudado surgiu a partir dos estágios realizados durante o curso de Pedagogia, onde foi possível observar como é feita a inclusão de alunos com necessidades especiais e como é trabalhado com esses alunos.

É evidente a grande dificuldade da efetiva inclusão escolar nas séries iniciais na escola pública, o que justifica a temática desse projeto. É de suma importância, refletir sobre o desafio da educação inclusiva em sala de aula com alunos inclusos e comuns, bem como as dificuldades encontradas pelos professores frente essa problemática, ministrar aulas na perspectiva da educação inclusiva, sem a capacitação em serviço. Tendo-se em vista que; os benefícios da inclusão não são só para a escola pública, mas para toda a sociedade.

Assim sendo este projeto trabalha a problemática: Como o sistema público de ensino regular tem se adequadado as propostas curriculares e inclusivas, no que diz respeito à formação continuada dos professores em serviço nas séries iniciais? (E apresenta o objetivo geral: Reconhecer o direito à diversidade, inclusão e participação das pessoas com necessidades especiais educativas e objetivos específicos: a) Sensibilizar a comunidade escolar diante das diversas expressões de inclusão que cotidianamente se apresentam na comunidade escolar e local, b) Aprofundar com os alunos os temas transversais respeito mútuo, solidariedade, justiça, diálogo, igualdade de direitos, como igualdade étnica, de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito às diferenças e minorias; c) Compreender que atitudes, normas e valores comportam uma dimensão social e uma dimensão pessoal.

2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Geral:

Reconhecer o direito à diversidade, inclusão e participação das pessoas com necessidades especiais e educativas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar a comunidade escolar diante das diversas expressões de inclusão que cotidianamente se apresentam na comunidade escolar e local;
- Aprofundar com os alunos os temas transversais respeito mútuo, solidariedade, justiça, diálogo, igualdade de direitos, como igualdade étnica, de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito às diferenças e minorias.
- Compreender que atitudes, normas e valores comportam uma dimensão social e uma dimensão pessoal.

3 CAPÍTULO 1

TEMA

Esse projeto de ensino tem como tema: O papel do professor na educação inclusiva na linha de docência. É importante porque o objetivo da inclusão demonstra a evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. No ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir integração entre as crianças, procurando um desenvolvimento conjunto, surgindo assim uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com necessidades especiais devido à necessidade de se criar condições adequadas.

A inclusão é a base de toda a sociedade, está além de aceitar as diferenças, mas, de uma tomada de consciência de todos. O princípio fundamental dessa linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças ou adultos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Tais condições acarretam desafios ao sistema público de ensino, o qual precisa encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive às com deficiências graves. Há muito ainda o que se fazer para que este ideal se efetive na prática.

Os professores das séries iniciais da escola pública precisam estar cientes de que é necessária a formação continuada em serviço, para a inclusão. Mas, quanto à formação devem entender também, que é preciso desconstruir concepções tais como a ideia de que a escola inclusiva requer muito treinamento e só é possível concretizá-la com especialistas em educação especial, a ideia de que somente turmas homogêneas de alunos garantem o desenvolvimento de um bom trabalho.

O papel do professor na educação inclusiva contribui na sensibilização da comunidade escolar, enquanto espaço inclusivo, para reconhecer o direito do cidadão à diversidade e a igualdade de oportunidade para todos.

A diversidade também é uma cultura a ser construída e representa uma visão de como se deve pensar, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade. O respeito e o reconhecimento da diversidade é um dos princípios fundamentais na construção de um sistema educacional inclusivo. Reconhecer o

direito à diversidade em educação é dar respostas às diferentes necessidades educacionais que os sujeitos apresentam diante do fato educativo. A diversidade e a cidadania são princípios que devem estar presentes na construção de um projeto educacional inclusivo, impregnando a formulação e implementação das políticas traçadas para os sistemas de ensino.

O respeito à diversidade é uma forma de garantir que a cidadania seja exercida e os vínculos sociais fortalecidos. Trata-se de uma atitude política para com a diversidade gerada pelas diferenças de classe, gênero, etnia, opção sexual, capacidades, enfim, de atributos que fazem parte da identidade pessoal e definem a condição do sujeito na cultura e na sociedade. O desenvolvimento de atitudes de tolerância e respeito à diversidade tem a ver com o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade. Por isso mesmo, representa um grande desafio a ser enfrentado pelos sistemas de ensino na construção das suas bases político-pedagógicas.

Para uma escola tornar-se inclusiva, ou seja, uma instituição que, além de aberta para trabalhar com todos os alunos, incentiva a aprendizagem e a participação ativa de todos, faz-se necessário um investimento sistemático, efetivo, envolvendo a comunidade escolar como um todo. Para isso efetuar-se de maneira satisfatória, é ainda necessário que a Escola tenha estímulo e autonomia na elaboração de seu projeto pedagógico, que possa elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural onde os alunos estão inseridos; que tenha a aprendizagem como eixo central em suas atividades escolares e que reconheça o enriquecimento advindo da diversidade.

A escola inclusiva direciona-se para um ensino que, além de reforçar os mecanismos de interação solidária e os procedimentos cooperativos, auxilie o ser humano a se ver e se perceber como parte de um todo que independe de suas características físicas.

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar à escola em algum momento no futuro.

A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo

e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados. (MITTLER, 2003, p. 236)

A inclusão escolar é uma realidade e, como tal, merece ser encarada de forma contextualizada no cotidiano escolar. A proposta de uma educação inclusiva é muito maior do que somente matricular o indivíduo na escola comum, implica dar outra lógica à escola, transformando suas práticas, suas relações interpessoais, sua formação, seus conceitos, pois a inclusão é um conceito que emerge da complexidade, e como tal, exige o reconhecimento e valorização de todas as diferenças que contribuiriam para um novo modo de organização do sistema educacional (DRAGO, 2007, p. 85).

É evidente a grande dificuldade da efetiva inclusão escolar nas séries iniciais na escola pública, o que justifica a temática desse projeto. É de suma importância, refletir sobre o desafio da educação inclusiva em sala de aula com alunos inclusos e comuns, bem como as dificuldades encontradas pelos professores frente essa problemática, ministrar aulas na perspectiva da educação inclusiva, sem a capacitação em serviço. Tendo-se em vista que; o benefício da inclusão não é só para a escola pública, mas para toda a sociedade.

O papel do professor é de extrema importância na educação inclusiva, considera-se que ele é a autoridade a qual está destinada no direcionamento do processo pedagógico, proporcionando adequações para um melhor entendimento de aprendizagem, mas o docente precisa estar apto, capacitado e preparado.

O professor que trabalha com a educação inclusiva, acaba sendo fundamental com o dever de promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos em sala de aula, mesmo havendo dificuldades pessoais, institucionais ou sociais.

O ato de aprender é vinculado ao ato de ensinar, que faz parte do convívio social. Em algumas situações o ato de ensinar não está caracterizado para quem ou que. As instituições de ensino buscam se organizar com o objetivo de demonstrar as escolhas realizadas que constam no currículo, como atividade pedagógica com objetivo de ministrar a aprendizagem para o cidadão.

O ato de ensinar é uma tarefa que envolve principalmente um conhecimento de como se dá um processo de ensino aprendizagem, tendo o domínio do conhecimento a ser socializada, competência técnico-pedagógica, planejamento, intencionalidade pedagógica, competência para perceber e atender as

especificidades educacionais dos alunos. Para isso acontecer é necessária uma boa formação e dedicação para colocar em prática tudo o que se aprende na teoria.

Os profissionais que buscam uma ação educativa devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, acabando assim com todo e qualquer tipo de discriminação com o objetivo de formar cidadãos conscientes no convívio com as diferenças.

A atuação pedagógica é um processo de investigação e estudo e de solução de problemas, por isso, muitas vezes o professor se depara com inúmeros desafios, que devem ser solucionados para superar os limites impostos, exigindo do professor a busca por novas estratégias, buscando identificar as possibilidades de cada aluno com o objetivo de encontrar as possibilidades para que esse aluno possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites. Diante de tal desafio, o professor deve planejar suas aulas e recorrer a jogos, filmes, músicas, maquetes, mapas, desenhos, entre alternativas possíveis para que todos tenham acesso às oportunidades dentro da sala de aula.

Bueno (2001) enfatiza que um ensino de qualidade para crianças com necessidades educacionais especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve no mínimo dois tipos de formação profissional docente, sendo elas: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática do aluno diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes necessidades educacionais especiais, tanto para o apoio desses indivíduos quanto para o apoio do trabalho a ser realizado.

Além do professor, a família dos alunos com necessidades educacionais especiais pode participar a todo o momento do processo de ensino-aprendizagem dessas crianças, pois o tripé escola-família-comunidade é de suma importância, pois através dessa participação os professores têm a oportunidade de melhor conhecer o seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado a todos, pois sozinho não poderá efetivar uma escola fundamentada numa concepção inclusiva.

Nota-se a importância do papel docente na percepção do aluno, no acompanhamento do mesmo em sala de aula e na busca constante de aprender e melhorar a si mesmo em sua prática atualmente, para construir uma escola que atenda adequadamente a alunos com características, potencialidades e ritmos

diferentes de aprendizagem, não basta apenas que tenham professores e demais profissionais que uma escola normal apresenta.

A educação é um direito de todos, educação de qualidade é igualitária, e os professores buscam fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhorá-la com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na escola, precisando ser levado em conta outros princípios como a acessibilidade e locomoção.

A inclusão nada mais é que um processo de inovação que exige um esforço de reestruturação e atualização de algumas escolas, fazendo com que essas escolas busquem uma reorganização escolar, ampliando seu projeto político pedagógico, incorporando novas práticas aos currículos e realizem adaptações físicas necessárias para acolher os alunos nesse momento.

De acordo com Silva (2010) “um bom relacionamento entre família e professores amplia as possibilidades e cria novas formas de atividade e afetividade”. A maneira que professor e aluno se relacionam cria a afetividade que faz com que essa relação se fortaleça ainda mais. O aprendizado desse aluno se dá no cotidiano, porque é através da prática que se constrói o conhecimento é a afetividade.

Na concepção histórico-crítica, Saviani (2001), aponta que o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem, por isso há a necessidade do professor repensar qual o seu papel, qual a sua importância nesse processo e o que ele pode fazer para que esse processo de inclusão seja realizado da melhor maneira possível.

Mantoan (2005) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem, mas além dessa participação em cursos que deem suportes para os mesmos é necessário que estes professores busquem dentro de sala de aula fazer o seu trabalho da melhor maneira possível para todos os alunos, sejam eles com necessidades especiais ou sem nenhuma limitação.

Ensinar é uma tarefa que envolve principalmente conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem, domínio do conhecimento a ser socializada, competência técnico-pedagógica, planejamento, intencionalidade

pedagógica, competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos. Para isso se faz necessário uma boa formação e dedicação para colocar em prática tudo o que se aprende na teoria.

Segundo Kelman (2012), “De forma geral, o professor não domina os conhecimentos necessários para compreensão de processos de aprendizado quando a audição está ausente”, em grandes partes dos casos o docente quando é posto à prova nessas situações no contexto escolar, sente-se incapaz de desenvolver um trabalho eficaz. Portanto há uma grande necessidade de buscar soluções para superação dessas questões.

A formação continuada é de fundamental importância para que o professor se aprofunde em estudos que lhe possibilite o entendimento quanto a inclusão e como proporcionar a mesma em suas aulas. Nessa linha de pensamento Freire (2011), ressalta que a formação de professores é um processo permanente, em que tanto a teoria como a prática tem grande importância nas ações pedagógicas do professor.

A dinâmica do trabalho docente diante da diversidade dispõe de vários fatores que juntos englobam o conjunto de parâmetros que determinam a qualidade do trabalho ministrado pelo professor. Não basta apenas planejar e ao chegar em sala de aula, seguir a “receita de um bolo”. A afetividade entre professor e o aluno representa o grau de confiança que o docente precisa para ministrar uma boa aula.

Sendo assim, cabe ao professor trabalhar dentro de sala de aula proporcionando interação e troca entre os alunos. O desenvolvimento de algumas estratégias pode ser decisivo para criar um ambiente de cooperação em que aqueles alunos que têm mais habilidades em alguma matéria possam ajudar aqueles com menos habilidades, ou seja, como o professor tem que ensinar alunos que possuem e que não possuem necessidades especiais, ele pode contar com os próprios alunos para que a inclusão seja vivenciada e contínua na jornada do conhecimento.

O princípio básico da educação inclusiva consiste em acolher todas os alunos sem distinção:

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. A instituição inclusiva deve reconhecer e responder às inúmeras

necessidades de seus alunos, acomodando sem dentição, pois cada pessoa tem seu ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma aprendizagem de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceria com a comunidade (UNESCO, 1994, p. 05). A educação inclusiva é aquela que pretende resgatar da exclusão, as pessoas com algum tipo de necessidade especial, que por um longo período de tempo sofreram, com a segregação da sociedade. Surgiu da intenção de se estabelecer um sistema educacional que promovesse a instrução para todos.

Os primeiros atendimentos educacionais para esse público foram oferecidos em salas exclusivas, ou seja, eram separados dos sujeitos considerados normais, além de serem obrigados a se adaptarem regras impostas pela instituição que tinha características igualitárias de ensino (GODOY, 2010, p. 24)

No Brasil, o tema mobilidade urbana é bastante discutido na definição das políticas públicas e no planejamento de cidades, sendo primordial em cidades modernas. O Ministério de Infraestrutura, por meio do Observatório Nacional de Transportes e Logística (2021), conceitua a mobilidade urbana e a qualidade desta como: "... A circulação de bens e pessoas dentro das cidades, por meio de veículos, das vias públicas ou ainda da infraestrutura disponível, com o objetivo de desenvolver relações sociais e econômicas. A qualidade da mobilidade urbana está diretamente associada à organização territorial e à sustentabilidade das cidades." (BRASIL, 2021, Boletim de Logística, p. 2). Na legislação brasileira, as cidades são norteadas para o plano de mobilidade urbana pela Lei nº 12.587/2012, também conhecida como a Lei da Mobilidade Urbana. A mencionada lei tem entre seus objetivos a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das (BRASIL, 2021). Como elemento importante na mobilidade urbana, o transporte é um

importante indutor do desenvolvimento nas cidades que, aliado a um planejamento de Mobilidade Urbana sustentável e articulado, possibilita a integração dos cidadãos às cidades, propiciando maior qualidade de vida e desenvolvimento econômico (BRASIL, 2021). Segundo Aguiar (2010), a mobilidade urbana diz respeito à facilidade de deslocamento de pessoas e bens dentro das cidades e tem sido alvo de estudos na área do planejamento urbano e de transportes, entre outros enfoques, para ratificar a importância do tema sobre acessibilidade ao espaço urbano. O conceito de mobilidade urbana é amplo e envolve articulações intermodais onde os diversos meios de transporte devem ser planejados de forma integrada e complementar (AGUIAR, 2010). Para Neves (2014), a integração de modais facilita a acessibilidade e amplia a mobilidade dos usuários, melhorando a qualidade de vida da população.

‘para que se faça inclusão é necessário incluir todos, porém é muito grande a inacessibilidade de incluir em todos os ambientes, entretanto, é direito do indivíduo o acesso à acessibilidade para que possa exercer seu papel pleno na sociedade.

Para Marques (2003, p. 23), “o homem em nossa sociedade não é avaliado pelo conteúdo humano, mas pela aparência. A diferença e a falta de algo representada na deficiência são uma ameaça à busca da perfeição”.

A imagem de uma pessoa com deficiência para a sociedade é a de alguém que precisa de auxílio e proteção a vida inteira, devido a sua limitação, seja física ou intelectual, que a impede de desenvolver aptidões ou habilidades

para competir com igualdade com outras pessoas (JACOB, 2007).

Conforme Stíl (1990 apud Sassaki, 2002, p. 30):

1. Uma das razões pelas quais as pessoas deficientes estão expostas à
2. Discriminação é que são frequentemente declarados doentes. Este modelo
3. Designa o papel desamparado e passivo de pacientes, no qual são
4. Considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, incapazes de
5. Trabalhar, levando vidas inúteis, como está evidenciado na palavra ainda
6. Comum ‘inválido’(sem valor’ em latim).
7. Para Ribas (2003, p. 12), “a palavra deficiente na sociedade de maneira que se expõe a palavra eficiente, poderia conhecer melhor as pessoas.

Venhamos a perceber que ela não é tão deficiente assim. Mas, até segunda ordem.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

E grande os desafios diários que as instituições de ensino enfrentam e, por desinformação desestabiliza equipes diretivas, professores e funcionários.

A proposta de inclusão escolar não pode fugir do conceito de acessibilidade, pois incluir significa que a escola deve se adaptar as necessidades dos alunos e não este adaptar-se a estrutura da escola. Pois muitos possuem limitações da sua incapacidade de interação com os objetos da aprendizagem em decorrência da falta de suporte, de materiais adequados e de métodos inflexíveis. Sassaki conceitua a Inclusão Social como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades Assistia Tecnologia Assistiva (TA) é um termo recém-criado, a fim de ser utilizado para identificar todo suporte e/ou material arsenal de recursos e serviços que colaboram para proporcionar ou ampliar e facilitar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover a acessibilidade e a inclusão (BERSCH; TONOLLI, 2006). O uso da TA, portanto, permite maior acesso e mobilidade das pessoas com deficiência nos ambientes públicos e privados, conforme entende Bersch (2008, p.2) ao afirma que Podemos então dizer que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidade de seu aprendizado e trabalho. Ainda neste contexto, entende-se que a TA deve funcionar como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. (COOK; HUSSEY, 1995).

Neste sentido, toda evolução tecnológica tem sido ampliada desde os primórdios da Civilização, assim, aponta Galvão Filho (2009, p. 207) que “qualquer pedaço de pau utilizado”.

“Como uma bengala improvisada, por exemplo, caracteriza o uso de recurso de Tecnologia Assistiva”. No entanto, hoje existem vários tipos de bengalas em diferentes tipos de material.

No Brasil esse conceito foi oficializado em 2007, através da portaria nº 142 do Comitê. De Ajudas Técnicas (CAT), grupo instituído em 2006, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e formado por especialistas especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual

as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, solucionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

(Sassaki,1997,p.3) Os educadores precisam estar sempre buscando se informar sobre os processos de ensino e aprendizagem e as necessidades educacionais dos indivíduos com deficiência. O trabalho de forma limitada em que algumas escolas e alguns educadores atuam acaba levando educandos, com deficiência à exclusão. Segundo Belizário .

Para que as escolas sejam Esta cooperação promove o auxílio que é concedido na sala de aula, e faz com que o aluno possa sentir incluído e engrandece a sua autoestima e estabelece melhores condições para a aprendizagem.

“A aprendizagem cooperativa é uma estratégia que promove o desenvolvimento cognitivo como sócio emocional dos alunos, visto que consiste no diálogo, escuta, partilha de informação, trabalho em equipa, solidariedade e interajuda. (Meijer et al, 2003, p.15)”

Segundo Meijer et al (2003, p.15), a aprendizagem cooperativa é uma ajuda para uma boa gestão da pluralidade dentro da sala de aula.

A estratégia de formação de grupos heterogêneos, proporciona desenvolvimento cognitivo e sócio emocional, para os alunos, como também fomenta posturas afirmativas nos estudantes e nos professores face aos alunos com NEE (Meijer et al (2003, p.15).

Outra estratégia, defendida por (Meijer et al., 2003) é o ensino por áreas curriculares. É uma estratégia em que os alunos permanecem na sua própria área, sendo composta por uma quantidade de salas reduzidas, e por um pequeno grupo de professores responsáveis pela maioria das disciplinas.

Nesta estratégia os alunos com NEE, asseguram o sentido de pertença, desenvolvendo um meio sólido e possibilitando maior colaboração entre os professores promovendo a formação informal. As estratégias alternativas de aprendizagem possibilitam ensinar aos alunos como solucionar problemas.

É um tipo de abordagens elementar no ensino básico e a combinação de algumas delas resulta-se numa prática inclusiva mais eficaz. E os alunos com NEE ganham muito com estas verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que

atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativo-aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral. (2005,p.53)

Um dos motivos que contribuem para exclusão e falta de qualificação para que a exclusão aconteça. Muitos educadores não tiveram na sua formação acesso ao ensino para lidar com alunos com deficiência ou necessidades especiais. Outro fator é Falta de recursos físicos e didáticos.

Para Batista (2007):

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem

CAPÍTULO II

A inclusão Social

Garantida por lei a inclusão está e exercida por muitos educadores e instituições escolares, oferece vivências de sucesso e também de insucesso, de acertos e equívocos, bem-estar e muita angústia. Surgem através delas muitas dúvidas e incertezas, não só por porque ela é uma prática inovadora em construção, mas por sua natureza bastante singular, porque precisa atender às especificidades de cada pessoa incluída.

Encontra-se na declaração de Salamanca:

[...] as escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias propiciando condições para o desenvolvimento de comunidade integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,1994, p.9).

Sabe-se que o ser humano é uma totalidade afetiva, social, motor-corporal e cognitiva então todas essas dimensões devem ter igual importância na sua formação.

A Legislação Brasileira

Para a educação brasileira, as pessoas com necessidades especiais são amparadas na lei quanto ao direito à escola, saúde, cultura e lazer. Assim sendo, muitas mudanças na sociedade, nos ambientes, nas atitudes precisam ser acertadas para assim de fato a inclusão de fato acontecer.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 o acesso à educação é um direito de toda criança, e um dever do Estado e família em parceria com a sociedade, com igualdade nas condições de acesso e permanência, atendimento educacional especializado na rede regular de ensino para pessoas com

deficiência e, ainda prevê o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas. Ou seja, está na lei, é um direito e não um favor. Assim, cabe ao Estado, a família e a sociedade fazer cumprir o que está na lei e garantir o desenvolvimento e preparo de cidadãos qualificados para o trabalho.

A lei nº 7. 853 de 1989 constam o direito a inclusão dentro do sistema educacional, entendido como a rede regular de ensino, à modalidade de Educação Especial para crianças na pré-escola, educação precoce, e quando jovens ou adultos, sendo que, todo esse acesso deve ser preferencialmente gratuito em escolas públicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe proteção integral à criança até doze anos incompletos e aos adolescentes de doze aos dezoito anos de idade.

De acordo com a Lei 8.069/1990, artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p.1).

O Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente especifica o direito à educação, cultura, esporte e lazer. Reafirma a igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno na escola, e estabelece ainda o atendimento da criança com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino.

A Legislação brasileira considera ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que declara o direito das crianças especiais à educação, entendida como educação especial, mas que exige o atendimento em escolas de ensino regular e escolas ou serviços especializados, com currículos e recursos educativos pedagógicos que atendam às necessidades especiais do aluno, conseqüentemente as habilidades da criança surgirá e a capacidade do mesmo para se inserir na vida

social.

A luta por uma educação de qualidade para todos passa pela aceitação das diferenças e por um currículo que contemple a diversidade e busque o desenvolvimento das diferentes habilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) define no Capítulo V da Educação Especial que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – terminal idade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção

no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996, p.1).

Na rede pública de ensino regular a inclusão de crianças está na lei brasileira e é um direito adquirido e subjetivo, pois visa à educação, interação social e o pleno desenvolvimento dessas crianças para uma efetiva integração na sociedade, inclusive no que se refere à vida adulta no sentido de despertar alguma habilidade no intelectual ou psicomotor.

A Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 em seu Art. 1º estabelece as normas gerais e critérios básicos acerca da acessibilidade de pessoas com deficiência e abrange não só vias públicas, transporte e mobiliário, mas especifica algo também muito importante, a comunicação. Muitas barreiras precisam ser vencidas para que as pessoas com necessidades especiais possam de fato participar da sociedade. Entretanto, vai muito além do que é material. Muitas barreiras estão nas atitudes e na falta de comunicação. Logo, é necessário compreender que pessoas com algum tipo de deficiência, possuem sentimentos, e precisam se expressar e se comunicar.

A inclusão de alunos público alvo da educação especial no ensino regular

Para receber o público-alvo da Educação Especial no que se refere às práticas que contribuem para o desenvolvimento da cultura inclusiva a escola precisa estar na lei ou se adaptando a Lei Brasileira de Inclusão Lei 13.146/2015 que

passou a vigorar em janeiro de 2016.

A lei afirma a obrigação da oferta de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, determina, ainda, a adoção de um projeto pedagógico a fim de legitimar o atendimento educacional especializado, fornecendo profissionais de apoio e proibindo as escolas particulares de cobrarem taxas adicionais por esses serviços.

Além disso, trouxe progressão em relação à educação inclusiva, efetivando, não apenas o acesso ao sistema de ensino, mas a permanência, a participação e a aprendizagem ofertadas às pessoas com deficiência. A escola tem que estar preparada, para receber e orientar esse tipo de aluno, devendo dispor de profissionais da saúde, como fisioterapeutas, psicólogos, psicopedagogos, para dar uma assistência melhor a essas crianças.

Transformar não é apenas proporcionar educação de qualidade a todos, é eliminar atitudes de discriminação, é acolher a todos igualmente, enfim, é um processo de mudança que consome tempo para as necessárias adaptações (MANTOAN, 2003, p. 64). Uma escola inclusiva está retratada no seu currículo e na estruturação do seu Projeto Político Pedagógico (PPP). A Educação Especial consiste em uma vertente da Educação focada em indivíduos com deficiências, visando incluí-los no Ensino Regular.

Dentre o público Alvo da educação especial (PAEE) encontram-se os indivíduos com deficiência (são surdos, mudos ou cegos). Existem algumas leis que corroboram para aceitação do PAEE, dentre elas pode-se citar:

A Constituição Federal (1988) assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade ao relatar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, ART. V).

A Lei nº 8.069/90 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Obrigação essa que se dá como direito de todos indiferentes de qualquer tipo de diferença.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. É importante destacar que a LDBEN garante, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais. Artigo 59 que propõe:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- I. Currículos, métodos, técnicas educativas e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV. Educação especial para o trabalho, visando a sua integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V. Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

A Lei nº 10.098/00 deixa claro que todas as escolas devem promover

ambiente acessível, adequando os espaços que atendam à diversidade humana e eliminando as barreiras arquitetônicas.

O Decreto nº 5.296/04 impulsionando a inclusão educacional e social regulamentou a lei nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível é implementado com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade.

A Lei nº 10.436/2002 esta lei dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e em seu Artigo 1º prescreve que passa a ser reconhecida como forma de comunicação e expressão legítima e associada também a outros recursos de expressões relacionados a libras (BRASIL, 2002 p.1).

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão das Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

O Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

O Decreto nº- 6.571/08 foi publicado em 18 de setembro de 2008 e dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

A Lei 13.146/2015 que entrou em vigor em janeiro de 2016 afirma a autonomia e a capacidade desses cidadãos com deficiência para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Agora começa também a batalha para tornar realidade o rol de direitos garantidos pela nova lei. As inovações trazidas pela nova lei alcançaram, entre outras, as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte.

Os pais são portadores de informações preciosas que podem colaborar com o planejamento das intervenções educacionais das crianças autistas. A parceria entre essas duas instituições pode amenizar o estresse e assegurar motivação para a continuidade do tratamento do filho e das técnicas dentro de casa,

o envolvimento entre as duas partes garantiria uma ativa participação dos pais na tomada de decisão e no planejamento educacional dos seus filhos, com a adoção de uma comunicação clara e aberta.

De maneira geral, os pais têm críticas a fazer em relação às escolas, que não atendem de forma ampla às suas expectativas. Junto às famílias, é possível identificar um cotidiano marcado por dificuldades no processo de inclusão escolar, no que se refere ao preparo da escola em receber esta população, destacando-se que ainda existe preconceito e discriminação, favorecendo para que haja a exclusão no processo de escolarização (MINATEL E MATSUKURA, 2015, p. 434).

De acordo com Schultz e Nelma (2013), a participação da família e comunidade traz para a escola informações e sugestões, especificando necessidades e sinalizando os possíveis rumos a serem tomados.

O papel do professor e a educação inclusiva

Os professores e os profissionais da educação ainda resistem em aceitar o desafio colocado pelo processo de construção da escola inclusiva. Correia (1997) afirma que, essa resistência é compreensível quando se analisa a falta de formação adequada para enfrentar esse desafio.

Para entender o papel do professor no processo de inclusão é importante considerar seu papel na educação e a sua formação diante do processo de inclusão. Na educação, o papel do professor vai além da transmissão de informações de acordo com GÓMEZ (1992);

O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim. (GÓMEZ, 1992, p.103-105).

No processo de interação entre aluno – professor, o aluno aprende a refletir e discernir sobre os conhecimentos e a ter competência para lidar com as

situações que se apresentam. Sobre as diferenças das capacidades acadêmicas observadas em sala de aula, Carvalho (1998, p.22) comenta que se faz:

Necessário que todos os professores assumam que as diferenças individuais no processo de aprendizagem são inerentes à condição humana e explicam porque: alguns alunos são mais dedicados e esforçados; outros dão preferência a determinados conteúdos; há aqueles que são mais lentos, enquanto que outros realizam a transferência de aprendizagem com enorme facilidade. Alguns exigem muitos estímulos para se manterem atentos e interessados enquanto há os que aprendem com, sem ou apesar do professor. (Carvalho, 1998, p.22)

Apesar da importância, os recursos tecnológicos que facilitam e enriquecem a aprendizagem, não podem substituir a relevância do conhecimento mediado interativamente pelo professor. É o professor que planeja e escolhe os conteúdos a serem desenvolvidos, que toma decisões pertinentes, tendo como parâmetro especificidade sobre como cada aluno aprende.

Dessa forma, Perrenoud (1999, p.7) define a noção de competência como sendo “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.

Fica evidente que, é preciso que o professor tenha competência para desenvolver os conteúdos e tomar as decisões adequadas a cada aluno. É preciso que este lance mão de vários recursos cognitivos complementares, entre os quais, segundo Perrenoud (1999), estão os conhecimentos, que são representações da realidade, construídas e armazenadas ao sabor da experiência e formação do indivíduo.

Existem mecanismos que facilitam essa tomada de decisão, tais como: entender a estrutura de conhecimentos, considerando os conhecimentos anteriores e a capacidade dos estudantes, e

elaborar uma matriz de comportamento - conteúdo, como uma planificação que ajudará a integrar e equilibrar os objetivos, comportamentos dos alunos e conteúdos de curso que serão ministrados. (ARENDS, 1995, p.63)

Segundo o autor, o educador precisa ser confiante e humilde, ao mesmo tempo em que ensina, aprende a relativizar e a valorizar a diferença, aceitando todo o aprendizado como provisório. “Aprender é passar da incerteza a uma certeza provisória que dá lugar a novas descobertas e a novas sínteses”. (MORIN, 2006, p.16).

Para que os professores possam aprender o que ensinar e como ensinar, alguns aspectos deverão ser considerados. Delors (1996), diz que no que se refere à sua formação pessoal, o professor deve aperfeiçoar seus conhecimentos, devendo haver equilíbrio qualitativo entre a competência para a disciplina ensinada e a competência pedagógica. Deve também ter ética intelectual e afetiva, criar uma concepção de pedagogia questionadora, ser adepto a investigação de pesquisas científicas e de uso de tecnologias, participando das decisões relacionadas com a educação, no âmbito escolar e no momento de decisões amplas de diretrizes maiores.

Desenvolvendo essas possibilidades o professor terá a oportunidade de atingir o desenvolvimento do potencial dos seus alunos, bem como o seu próprio desenvolvimento.

Perrenoud (2001) afirma que a categoriza de qualidades esperadas em um professor do futuro, são grupadas em dois grupos:

- a) no âmbito da socialização e da cidadania, e pessoa deve ser confiável, mediadora intercultural, animadora de uma comunidade educativa, organizadora de uma vida democrática, transmissora cultural, intelectual;
- b) no âmbito da construção de saberes e competências, deve ser: organizadora de uma pedagogia construtiva, promotora da garantia do sentido dos saberes, criadora de situações de

aprendizagem, administradora de heterogeneidade, reguladora dos processos e percursos de formação.

Entretanto, a maioria dos professores não recebe capacitação adequada para que se desenvolvam essas qualidades. A capacitação da maioria dos professores está voltada aos conteúdos, quando se faz preciso que esta capacitação se volte para a interação humana, abrangendo a emoção e o vínculo afetivo no momento de ensinar.

Davis e Oliveira (1993, p.84) comentam que “os fatores afetivos e cognitivos do professor e alunos exercem influência decisiva na interação que se estabelece na escola”. Para eles, cria-se uma rede de expectativas recíprocas entre professor e alunos, que pode ser ou não harmoniosa.

No que se referem às expectativas alimentadas pelos professores, Macedo e abordam este tema, explicando o desejo por uma escola de excelência:

Nem sempre a escola foi aberta a todos. Havia - e ainda há - uma ‘escola da excelência’, que seleciona, orienta, ensina e certifica apenas aqueles que conseguem realizar tarefas e que apresentam uma conduta condizente com o alto nível exigido por ela. Essa escola, não sem razão, ainda que pouco acessível à maioria de nós, tornou-se nossa principal referência, sonho ou aspiração de pais e crianças. Muitos professores gostariam, igualmente, de trabalhar nesse tipo de escola ou que seus alunos tivessem um comportamento compatível com suas exigências. Mas a realidade mostra que poucas crianças têm condições de ingressar em uma escola como essa e, menos ainda, de nela permanecerem ou serem bem-sucedidas nas muitas provas e desafios que terão de enfrentar. (Amaro, 2001, p.10)

É preciso pensar no professor como mestre que ensina além do que

está escrito em livros, ultrapassando os limites da relação com a instituição. No processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, o professor:

Ao se deparar na sala de aula, com alunos com necessidades diferentes das que ele está acostumado a lidar, o professor, sente-se sozinho e confuso, não tem o apoio de que necessita, porque não há um trabalho conjunto, mas também não identifica suas limitações, reproduzindo sua aparente prática que nem sempre produz resultados positivos, para situações cada vez menos semelhantes. Interrompe o seu próprio diálogo criativo com a situação real complexa. (GÓMEZ, 1992, p.105-106).

Segundo o autor, o processo para se alcançar a inclusão é individual e muito solitário.

Os professores esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas. (MANTOAM, 2002, p.8).

Para o autor, é importante que o professor saiba respeitar o aluno portador de alguma necessidade especial, procurando conhecer suas dificuldades para compreender suas necessidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002), os professores das classes regulares precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente.

Conforme Nóvoa (1992, p.25) a formação deve fornecer:

Aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilita as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (Nóvoa, 1992, p.25)

Formação adequada contribuirá para que o professor possa interagir adequadamente e participar do progresso de seus alunos, ele deve, além de conhecer as características de seus educandos, ter um grande interesse pelo ser humano.

Essa exigência pode levar os professores do ensino comum e especializado a trocarem ideias sobre suas experiências, angústias, limitações e expectativas diante das situações.

Nesta dimensão, Stainback e Stainback (1999), afirmam que a inclusão escolar necessita de professores especializados em todos os alunos, que saibam que a inclusão só pode ser compreendida no contexto de uma educação para todos. É preciso que o professor entenda que essa inclusão deve ser pautada no princípio da igualdade entre os homens, no respeito à individualidade e nas possibilidades de cada um, na equidade e na justiça, na paz e na cooperação. Mas, mesmo que o professor tenha claro para si todas essas condições, é necessário investir na sua formação como profissional. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim.

A moldura de um currículo

Como vem sendo apresentado, a postura do professor em relação ao aprendizado da pessoa com necessidade especial é muito importante. Foi dito também que a escola, como aquela que promulga o conhecimento, tem o domínio de adequar seus currículos de acordo com as possibilidades de seus alunos.

As metas e objetivos do curso adaptando-se de acordo com o aluno, respeitando seu tempo para aprender será continuado e caracterizado pela realidade que estes vivem. Para tanto, modificar os planos de aula toda vez que o caminho

percorrido não levar a aprendizagem de fato é um dos entraves para o professor que está habituado com currículos fechados. Por isso é tão importante que o educador esteja aberto à mudança no intuito de alcançar os objetivos finais de aprendizagem.

A escola inclusiva se forma com um currículo aberto a apropriações advindas das especificidades dos alunos, aqueles que necessitam de um apoio especial para o sucesso, pois:

Certamente, não se constrói um currículo de forma apriorística, através de planilhas rígidas e objetivo estereotipado. Ele é vivo, produto de uma construção coletiva, vivenciado no cotidiano da educação. Há muito que fazer, portanto, para que o “fazer pedagógico” dos professores que trabalham com alunos portadores de necessidades educativas especiais possa ser aperfeiçoado (OLIVEIRA & ABREU, 2003, apud GLAT, 2007, p.39).

Os currículos que não estão abertos a modificações de acordo com a demanda das necessidades especiais de seu alunado tem grandes chances de ser acessível a exclusão, pois um currículo fechado rotula os alunos numa metodologia que não compreende que a aprendizagem de cada um exige um ritmo diferenciado.

Quando se fala de inclusão não quer apenas focalizar a atenção nas pessoas com necessidades especiais. Deve-se, em primeiro lugar, adequar a escola dando a atenção necessária para envolver seus alunos numa metodologia eficiente aceitando a singularidade de cada um avigorando seus pontos fortes no objetivo de motivá-los.

Fazer mudanças não apenas nas pautas e métodos da forma de apresentação curricular da escola, mas também as mais complexas que alteram a política administrativa na mesma vão ao encontro das prioridades e artifícios de inclusão.

Em suma, as adequações de currículo baseiam desde o tempo proveniente para que o aluno aprenda até a transformação do conteúdo, sendo importante a participação e sugestão de todos que estão inseridos na escola numa

gestão democrática. Que fique explícito o objetivo e as propostas de inclusão. O acesso para todos é de total importância, consequentemente, as adaptações nos currículos são para transpor as barreiras da interação.

4 CONSIDERAÇÕES

Através deste estudo, percebeu-se que atualmente todas ou quase todas as escolas da rede pública de ensino estão se preparando para receber as crianças com necessidades especiais. Percebe-se ainda que trabalhar com a adversidade é coisa que assusta, sobretudo, aos professores mais antigos, onde a preparação e a aceitação de trabalhar a diferença são sempre mais complicadas. Sendo assim, chega-se ao consenso de que trabalhar com alunos com alguma necessidade especial nas séries iniciais torna-se mais fácil do que trabalhar com alunos que entram na escola tardiamente, pois uma boa base escolar é primordial para o crescimento destes alunos.

Os preconceitos existem sim, no entanto, este preconceito parte em sua maioria de dentro das famílias dos alunos considerados “normais”, ainda que os mesmos alunos, não tenham preconceitos e acabam aceitando estudar com o colega com necessidades especiais.

Desta forma, é necessário, destacar o papel desempenhado pelo professor na tarefa de propiciar situações que permitam integrar harmoniosamente afetividade e conteúdos específicos, evidenciando a inseparabilidade desse processo. Todavia, não se pode esquecer que a sociedade é feita por indivíduo humanas e, suas , a diversidade é enorme.

Há seres humanos de diferentes etnias, cores, sexo, origem, ideologia, religião, dentre outras diferenças, das quais fazem parte as pessoas com e sem deficiência. Desta forma, conclui-se que a escola inclusiva é aquela que se constrói, a partir da construção e interação entre os vários atores educacionais, partilhando responsabilidades e estimulando a colaboração e o convívio fraterno e solidário. Esta escola deve estar empenhada em mudar para atender a toda gama de necessidades educacionais identificadas, sem levar em conta as condições sociais,

físicas, mentais e de saúde de seu alunado.

Necessidades educacionais especiais. Diante de estudos e leituras realizados, verificou-se que a maior parte das escolas recusa a ser adequada ao processo de educação inclusiva vista à escassez de profissionais capacitados para realização de atividades adaptadas para esses alunos cabe ressaltar que a necessidades educacionais especiais apresentadas em alguns alunos torna-se cada vez mais urgente, não como um mero instrumento para ensinar matérias, mas como parte de algum método novo de ensino e que os que profissionais da educação não ignorem as dificuldades que aparece em algumas alunos Esta pesquisa teve por finalidade analisar o contexto do papel do professor na Educação Inclusiva e o funcionamento da Educação Inclusiva nas escolas publicas, com a qual se pode concluir que há a necessidade urgente de proporcionar aos professores e alunos os conhecimentos necessários para a prática de Intervenções e Práticas Pedagógicas para crianças com necessidades educacionais especiais.

Todas as ações e produções dos professores, por serem humanas, estão sempre em desenvolvimento de permanente abertura, propriedade para novas interpretações e busca de significados e sentidos, situados num movimento incessante de desconstrução e de reconstrução. de e novos conhecimentos.

O indivíduo deve ser considerado como um ser interativo ativo no seu processo de construção do conhecimento. O pedagogo por sua vez deverá assumir um papel fundamental nesse processo, como um sujeito mais experiente. Por essa razão cabe ao professor reconhecer que a criança já sabe, é muito importante para a construção do desenvolvimento e aprendizagem . O professor é o mediador da aprendizagem facilitando-lhe o domínio e a apropriação dos diferentes instrumentos culturais.

Para que o professor possa trabalhar na educação inclusiva e necessário ocorra mudanças estruturais pedagógicas quebrando barreiras e abrindo portas para alunos com diversos graus de dificuldade e habilidade.

Por fim ,nota se a importância do professor no processo, pois e através dele e que alunos aprendem conviver com as diversidade nas salas de aula, fazendo com aja um ensino voltado compreensão e respeito multou, onde não haja discriminação, pois todos são iguais peranre Lei.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDS, R. I. Aprender a ensinar. Lisboa: McGraw-Hill, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. Declaração de Salamandra e linha de ação sobre as necessidades especiais. Brasília; S.1. 1994.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. Lei 8.069/90 - Decreto Lei 3.298 de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007.

BUENO, J. G. S. J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas? 20002. Disponível em: Acesso em: 15/09/2021.

BUENO, J. G. S. (2001). A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. Temas sobre Desenvolvimento, v. 9, n. 54, (pp. 21-7). São Paulo: Memnon.

CARVALHO, R. E. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CORREIA, L. M. Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto: Porto Editora, 1ª. Edição, 1997.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. M. R. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1993.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Lisboa: Asa, 1996.

DENARI, Fátima Elizabeth. A formação dos professores em educação especial. In: GOYOS, Celso; ALMEIDA, Maria Amélia; SOUZA, Deisy G. de Souza. Tema em Educação Especial. São Carlos: EDUFSCar, 1996

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

KELMAN, C. A.; BUZAR, E. A. A (in)visibilidade do aluno surdo em classes inclusivas: discussões e reflexões. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n.37, p.04-13, jan./jun. 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. "Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças" In: Nova Escola OnLine: o site de quem educa. Edição 182, Maio/2005. Disponível em: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/50>

SAVIANI, Dermeval. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 3, jul. 2001.

SILVA, A. M. Educação especial e inclusão escolar: História e Fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Inclusão Escolar). 215p.

<https://diversa.org.br/noticias/educadores-refletem-proprio-papel-no-apoio-a-educacao-inclusiva/>